Nota Técnica nº 87/2013/CPT/DF

 Brasília, 05 de dezembro de 2013.

Assunto: **Revisão da Resolução ANP nº 10, de 09 de março de 2007, que trata do registro de produtos lubrificantes e aditivos em frasco bem como das obrigações e responsabilidades dos agentes econômicos envolvidos.**

1. **HISTÓRICO E DESCRIÇÃO DO PROBLEMA**
2. A Resolução ANP nº 10/2007 é a norma em vigor que estabelece os critérios para concessão do registro dos lubrificantes acabados frente às especificações de cada produto e as obrigações para os detentores do registro, produtores e importadores. Após esses cinco anos de vigência, a Agência verifica que é de suma importância a revisão deste regulamento em função do avanço das novas tecnologias de lubrificantes, assim como de atualizar as regras de registro de modo a garantir a qualidade desses produtos comercializados em todo território nacional.
3. Atualmente, encontram-se disponíveis no mercado brasileiro lubrificantes automotivos de tecnologia obsoleta, indicados para motores desenvolvidos na década de 80 (motores do ciclo Otto) e na década de 90 (motores do ciclo Diesel). A Resolução supracitada estabelece que os níveis de desempenho mínimos dos óleos lubrificantes no Brasil permitidos para comercialização sejam baseados nos padrões do API, sendo API SF para uso em motores do ciclo Otto e API CF para uso em motores do ciclo Diesel.
4. Tendo isso em vista, a SBQ realizou Análise de Impacto Regulatório (AIR), Nota Técnica nº 86/2013/CPT/DF, para estudar os impactos da elevação dos níveis mínimos de desempenho na revisão da Resolução nº 10/2007, de modo a retirar do mercado as tecnologias obsoletas. Além desse aspecto, foi abordada neste estudo a isenção da obrigatoriedade de registro para os aditivos de lubrificantes conhecidos como aditivos *aftermarket* ou aditivos em frasco, bem como de algumas aplicações de óleos lubrificantes industriais.
5. Entretanto, outras alterações na Resolução ANP nº 10/2007 são necessárias, porém, de menor impacto para o mercado e visam tornar mais claras as responsabilidades dos diversos agentes econômicos. Tais aspectos serão discutidos nesta Nota Técnica.
6. **OBJETIVOS**
7. Esta Nota Técnica tem por objetivo tratar da alteração da Resolução ANP n° 10, de 09 de março de 2007, que estabelece os critérios para concessão do registro dos lubrificantes acabados frente às especificações de cada produto e as obrigações para os detentores do registro, produtores e importadores.
8. **PROPOSTA DE REGULAMENTO**
9. Visando atualizar a Resolução em análise o texto foi reorganizado e reescrito de modo a tornar mais claras as obrigações e responsabilidades dos agentes econômicos envolvidos. A seguir serão tratadas as mudanças da revisão da Resolução ANP nº 10/2007 na sequência em que os assuntos aparecem ao longo do texto proposto.
10. **Modificações da proposta de revisão Resolução ANP nº 10/2007**
11. No artigo 1°, é utilizado o termo “veicular” em substituição ao termo “automotivo” utilizado na Resolução ANP nº 10/2007. Tal alteração justifica-se por este último muitas vezes ser utilizado no senso comum, referindo-se ao segmento de veículos rodoviários, dando azo à interpretação de que os lubrificantes para outros veículos como os aeronáuticos, marítimos, entre outros não seriam abrangidos pela Resolução. No mesmo artigo, outra inovação é a vedação de se produzir lubrificante sem registro prévio na ANP. Atualmente essa vedação se aplica apenas à comercialização e importação, dificultando ações de fiscalização no produtor.
12. No artigo 2° são definidos termos utilizados na Resolução, de modo a tornar mais claro o entendimento e interpretação da norma. As definições de maior repercussão são as de lubrificante mineral, semissintético e sintético, uma vez que cada empresa adota um critério, ficando o consumidor prejudicado na informação que lhe é prestada, sobretudo na rotulagem do produto.
13. No artigo 3º o texto foi reescrito para esclarecer que o terceirizador não necessita de autorização da ANP, apenas o importador ou produtor contratado, pois muitos agentes econômicos tinham dúvidas quanto a essa obrigatoriedade na redação atual.
14. No §2° do artigo 3° foi incluída redação que restringe o acesso à formulação do produto ao detentor que produz em instalações de terceiros ou que importa produto estrangeiro. Tal limitação justifica-se por muitas vezes a empresa produtora, nacional ou estrangeira, alegar confidencialidade da fórmula e condicionar informá-la no ato do registro desde que não seja dado acesso ao processo ao detentor do registro.
15. No artigo 4° foi adicionada a exigência de reconhecimento de firma no contrato de terceirização apresentado à ANP com objetivo de garantir a autenticidade do documento apresentado.
16. No artigo 5° o contrato de exclusividade de representação de marca estrangeira no Brasil deverá possuir reconhecimento de firma e tradução juramentada. Assim como no artigo 4°, a finalidade é a garantia da autenticidade do documento.
17. No artigo 7° que trata da documentação a ser apresentada para fins de registro, foram adicionadas exigências de se apresentar os seguintes documentos:
18. no inciso I o envio de carta solicitando o registro, inclusões e/ou alterações se faz necessário, pois as solicitações atuais não possuem a motivação dificultando por vezes a análise técnica;
19. no inciso III a solicitação da procuração para o preposto perante a ANP visa resguardar a confidencialidade das informações apresentadas pela solicitante do registro, pois a Agência poderá entrar em contato para discutir aspectos do processo;
20. nos incisos VI e VII as exigências do certificado de Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CRQ e do documento de registro de classe do responsável técnico no CRQ justificam-se pelo fato de que as análises físico-químicas para o controle da qualidade dos lubrificantes são de competência de profissionais da área da química, assim como a responsabilidade técnica;
21. nos incisos IX e X a apresentação de documento comprobatório de desempenho para óleo industrial e da autorização concedida pela NSF no caso de lubrificantes de grau alimentício, tem o objetivo de comprovar a adequação do produto a aplicação que ele se destina;
22. nos incisos XIII e XIV foi dispensada no ato da solicitação do registro, a apresentação de amostra que não seja destinada a veículos, sendo facultativo a ANP o pedido de amostras nos demais casos. Os consumidores desses produtos, em sua maioria, são indústrias que tem muito conhecimento da especificação do lubrificante que consomem e, em muitos casos, acompanham de perto o produtor de óleo lubrificante durante o desenvolvimento do produto. Dessa forma, a maioria dos óleos industriais não precisa ser analisada fisico-quimicamente no ato do registro, mas, sempre que necessário, a ANP poderá solicitar a amostra para análise;
23. no inciso XV a solicitação do rótulo comercial do produto, em vez de modelo ou declaração de rótulo, se deve ao fato de que a arte gráfica em muitas situações interfere na marca comercial do produto, gerando problemas para constatar se o produto possui ou não registro;
24. no inciso XVI os testes solicitados para os aditivos em frasco foram atualizados, acompanhando, assim, a modernização dos níveis de desempenho dos óleos lubrificantes para motor.
25. Nos artigos 8° e 9° foi alterado o prazo para que as empresas informem a ANP sobre alterações de dados cadastrais dos agentes envolvidos e de titularidade do registro a fim de manter a efetividade da comunicação do CPT/ANP com os detentores de registro.
26. No parágrafo único do artigo 10, foi limitado o número de formulações alternativas permitido por registro, evitando os excessos que algumas empresas cometem, bem como transtornos nas avaliações de resultados do PML (Programa de Monitoramento dos Lubrificantes).
27. No artigo 11 é exigido que a solicitação de alteração do registro de produto seja aprovada antes desse ser produzido, importado ou comercializado.
28. No parágrafo único do artigo 11 foi vedada a alteração de marca comercial e de nível de desempenho em um registro, a fim de se manter organizado o banco de dados dos registros e preservar o histórico destes.
29. No artigo 12, que trata das informações mínimas de rotulagem, foram realizadas as seguintes alterações:
30. no inciso I, a expressão “origem do produto” foi substituída por “natureza do produto”, pois a primeira induzia que se tratava do país de origem;
31. nos incisos III, IV, XI, XVI, XVII e XVIII, a adição dessas instruções no rótulo visa manter o consumidor mais informado e facilita a fiscalização da ANP quanto à identificação dos agentes econômicos envolvidos na cadeia do produto;
32. nos incisos VI, VII, VIII e IX, a obrigatoriedade de que os agentes detentor, produtor e importador sejam indicados no rótulo tem o objetivo de deixar explícita a atividade que cada empresa exerce;
33. no parágrafo 1º foi exigida a identificação do lote e data de fabricação durante o envasilhamento, pois detectamos que a prática de impressão prévia no rótulo permitia a perda da informação;
34. no parágrafo 2º foi incluída a dispensa de informar o grau SAE para lubrificantes de motores dois tempos e transmissões automáticas, pois essa informação está abarcada pelo nível de desempenho do produto;
35. no parágrafo 3º a diferenciação das empresas, se matriz ou filial, visa uma melhor identificação nas ações de fiscalização de qual empresa é a detentora do registro e qual exerce a atividade de produtor/importador.
36. No artigo 13 são estabelecidos os casos em que os registros poderão ser revogados com algumas alterações e inclusões. Tais mudanças são resultantes do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas áreas de fiscalização, abastecimento e qualidade da ANP para combater as irregularidades do mercado de lubrificantes que vem sendo apontadas pelo PML.
37. No artigo 14 é vedada a utilização de alguns insumos para a produção de lubrificantes. Embora o uso desses insumos seja tecnicamente inviável para formulação de lubrificantes que atendam as aplicações descritas no dispositivo, preferiu-se deixar explícita a proibição no texto por ser prática de alguns agentes do mercado.
38. No artigo 15 são estabelecidos os novos níveis mínimos de desempenho para diversas aplicações, conforme discutido no Relatório da Avaliação do Impacto Regulatório (Nota Técnica nº 86/2013/CPT/DF).
39. No artigo 16 são estabelecidos os níveis mínimos de desempenho da segunda etapa de elevação para o ano de 2016. A previsão desta segunda etapa permite aos agentes de mercado organizar-se com maior antecedência para as mudanças.
40. No artigo 17 foi incluído um parágrafo único proibindo o envasilhamento de lubrificantes com características físico-químicas diversas das apresentadas para fins de registro. O objetivo desse dispositivo é permitir a atuação da fiscalização da ANP, pois a Resolução ANP n°10/2007 proíbe apenas a comercialização, o que dificulta a ação da ANP quanto a amostras coletadas no próprio fabricante.
41. No artigo 19 a operação de revalidação de registros foi alterada de anual para somente quando demandada pela Agência. A Resolução ANP n°10/2007 requer a revalidação anual por existir à época de sua publicação a necessidade de diminuir o banco de dados de registro, eliminando aqueles que não são mais de interesse dos detentores. Essa dificuldade foi contornada em 2008 com a implantação do Sistema de Registro de Produtos, RGP, que é um banco de dados moderno que facilitou a manutenção dos registros e resolveu o problema da armazenagem de dados. Ademais, o artigo permite que a ANP solicite a revalidação quando considerar necessário.
42. Nos artigos 20, 21 e 22 foram adicionados dispositivos transitórios para que os agentes econômicos se adaptem para atender as novas exigências de rotulagem e de níveis mínimos de desempenho. O estabelecimento de prazos é indispensável para que as mudanças sejam bem absorvidas pelo consumidor e no caso do mercado, que os produtos adquiridos até a data limite de produção sejam escoados pelo produtor, distribuidor e revenda.
43. No artigo 24 foi prevista a possibilidade de o registro de produtos dar-se por meio eletrônico, para atender ao sistema que está sendo produzido pelo Núcleo de Informática da ANP.
44. **CONCLUSÃO**
45. Nestes últimos cinco anos, ocorreram grandes mudanças na regulamentação dos combustíveis, ênfase à qualidade do óleo diesel de uso rodoviário e da gasolina automotiva, bem como a entrada no Brasil de novas tecnologias de motores para os veículos leves e pesados. Aliado a isso, vieram as inovações na área de óleos lubrificantes para atender todo este conjunto, combustível e motor. Todos esses avanços vão ao encontro da previsão do PROCONVE de novos limites de emissões de poluentes veiculares para o ciclo Diesel e Otto nos anos de 2012 e 2014, respectivamente.
46. Diante disto, e considerando o papel fundamental da ANP de proteger os interesses do consumidor quanto à qualidade dos produtos, é de suma importância neste momento o aprimoramento da regulamentação dos óleos lubrificantes comercializados em todo território nacional, tanto no que se refere aos requisitos de concessão de registro como das tecnologias mínimas permitidas para estes produtos no mercado brasileiro.

# Nota Técnica elaborada por:

# Guilherme Vianna de Melo Jacintho \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

De acordo:

Vinicius Leandro Skrobot \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rosângela Moreira de Araujo \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_